



ENTREVISTA

MÁRCIO MOLINARI, JUIZ APOSENTADO E 2º VICE-PRESIDENTE DA ASMEGO

O senhor ingressou na magistratura em 1993 e acompanhou diferentes fases do Judiciário goiano. Quais foram as principais transformações que presenciou ao longo dessa trajetória?

Sim, ingressei na magistratura em 1993, após exercer a advocacia em Goiânia por cinco anos e a função de promotor de Justiça por um ano, na Comarca de Mossâmedes. São impressionantes e impactantes as transformações verificadas nessa trajetória, até a aposentadoria. Quando assumi a Comarca de Fazenda Nova, os atos processuais em geral eram documentados com as então famosas e icônicas máquinas Olivetti; não tinha telefone, e o acesso à doutrina e jurisprudência era precário. Aos poucos chegou o fac-símile (fax), o computador, a internet e o smartphone. A partir daí tudo mudou.

A comunicação com o Tribunal e Corregedoria, a facilidade de pesquisa via internet e a interação com os colegas foi um grande salto de qualidade e comodidade. O avanço tecnológico propiciou a digitalização dos processos, que também foi um marco importante para a prestação jurisdicional.

Ao longo de sua carreira, o senhor exerceu funções jurisdicionais e administrativas no Tribunal de Justiça. Como essa experiência contribui hoje para sua atuação na vice-presidência da Asme-go?

De fato, tive a honra de ser juiz corregedor e servir aos desembargadores Felipe Batista Cordeiro e Nelma Branco F. Perillo, e, também, servir como juiz auxiliar da Presidência aos desembargadores

Vitor B. Lenza e Leobino V. Chaves. Foi um período de muita dedicação, trabalho e principalmente aprendizado. Nessas funções, conheci cada um dos colegas com seus problemas e dificuldades e cada comarca, com suas particularidades. Foram inúmeras reuniões para idealização de projetos e metas a serem alcançadas, tanto no TJ quanto no CNJ, com o propósito de alavancar o Judiciário, muitos dos quais nasceram no nosso tribunal e foram e são modelos estendidos a outros estados. Inegavelmente, tais experiências e aprendizado se mostram importantes para contribuir com a gestão da Asmego, tanto na defesa das prerrogativas dos magistrados quanto na gestão patrimonial, porquanto auxiliam na tomada de decisões junto à presidência e à diretoria.

Como associado e dirigente da Asmego, o que mais lhe orgulha na história da associação e em sua contribuição para a magistratura goiana?

Quando se fala em Asmego, mormente para os magistrados de minha turma, não há como dissociá-la da figura do desembargador Homero Sabino de Freitas, que a idealizou, presidiu e a estruturou por alongado tempo. A contribuição da Asmego para a magistratura goiana vai além da defesa das prerrogativas e valorização dos magistrados em questões vencimentais, entraves na carreira e independência financeira e administrava frente aos demais poderes. Construiu-se uma rede de assistência à saúde e lazer, que inegavelmente propiciam segurança assistencial plena estendida aos familiares, como também locais para integração e entretenimento, tanto na sede social quanto no clube e pousada. Temos ainda contratado um escritório de advocacia que presta assistência jurídica às demandas ligadas à carreira e demais interesses da associação, e a Esmeg, que se dedica à capacitação e ao aprimoramento de magistrados e servidores.

Depois de tantos anos de convivência com a entidade, como o senhor avalia a evolução da Asmego na defesa das prerrogativas e na valorização dos magistrados?

Penso que após a criação do CNJ, em 2004, as associações estaduais e a AMB tiveram alargadas suas frentes de atuação, já que as decisões dali emergentes impactam a magistratura nacional, tanto na deliberação de metas quanto no planejamento estratégico. Portanto, a atuação da associação ultrapassa os limites da defesa das prerrogativas junto ao nosso tribunal e estado, e, isso ocorre quando alcança espaço para discussão e deliberação junto à direção do Poder Judiciário local, que por sua vez leva tais demandas ao CNJ. Hoje, diuturnamente, a AMB e associações se mostram presentes com firme atuação em qualquer decisão que afete a magistratura.

O senhor tem destacado a importância dos magistrados aposentados para a categoria. Como a experiência de quem dedicou décadas ao Judiciário pode contribuir para os desafios atuais da magistratura?

Nada substitui a experiência. Nos caminhos trilhados na infinidade de processos que retratam e impactam o patrimônio, a liberdade e a vida dos jurisdicionados, cada passo deixa marcas que revelam o acerto ou desacerto de cada decisão. O magistrado inicia sua função judicante cheio de teorias e bate de frente com a vida e os problemas reais, lá na comarca do interior. Daí, vê-se envolvido em



um turbilhão de situações que lhe exigem mais que a teoria dos livros jurídicos. Esse aprendizado que vem do enfrentamento de cada situação transforma-se em sabedoria, que se acumula no acervo intelectual de cada um e norteia a solução de novos problemas. O tempo ensina e a experiência transforma. Portanto, não se pode fechar os olhos e fazer ouvidos moucos ao reclamo e auxílio dos aposentados na construção e desafios da magistratura. Registre-se que o próprio CNJ aproveita a experiência dos inativos por meio do Programa de Preparação à Aposentadoria e de Valorização do Magistrado (PPA), instituindo a Resolução CNJ n. 526/2023, que busca utilizar o conhecimento e experiência dos inativos em várias situações e frentes de trabalho.

Na sua avaliação, quais são hoje os principais desafios enfrentados pela magistratura brasileira e qual o papel do associativismo nesse cenário?

Em um país onde a cultura de litigiosidade pulsa latente, o aumento constante de processos e o número insuficiente de juízes, frente às incisivas cobranças por produtividade, talvez seja o maior desafio, isso porque a alta demanda, seguida da cobrança, está adoecendo nossos magistrados. De parilha com o excesso de trabalho, veio a reestruturação da pauta remuneratória que atingiu a magistratura nacional e causou, no mínimo, um grande desconforto, porquanto exigiu gestão, tempo e desgaste na adequação de compromissos financeiros antes assumidos. Para julgar, é necessário estar na plenitude do equilíbrio emocional, e situações estressantes causam desequilíbrio para qualquer pessoa, em qualquer profissão. O elenco de desafios é enorme. Não cabe aqui. As associações, como já afirmado, em conjunto com a AMB, têm atuante e constante interlocução com o STF e o CNJ, bem como junto ao Congresso Nacional, articulando, com sucesso, a defesa dos nossos interesses.

Como fortalecer o sentimento de união entre magistrados da ativa, aposentados e os que estão ingressando na carreira, preservando os valores que sempre marcaram a magistratura?

É necessário conhecer e conviver. A troca de experiências é muito boa e produtiva para os dois lados: aposentados e os que estão ingressando agora na carreira. O fortalecimento dessa união perpassa pelo encontro dessas gerações, o que tem se mostrado difícil por força da necessidade de residir na comarca. Quando se encontram, a troca de experiências flui naturalmente.

Que mensagem o senhor gostaria de deixar aos associados da Asmeço sobre a importância da participação na vida associativa e sobre o futuro da entidade?

O provérbio originado das fábulas de Esopo adverte e ensina que “a união faz a força”. Ele está certo. O trabalho conjunto sempre alcançará melhores resultados do que a ação individual, naturalmente. O ingresso na Asmeço abre imediatamente as portas para o magistrado de um trabalho que vem sendo desenvolvido há 58 anos, com todos os benefícios que já citei. Para além do acesso a benefícios exclusivos e poder de representação para defesa em sentido amplo, a vida associativa aproxima os colegas e propicia a integração e acolhimento.



COM A PALAVRA, O MAGISTRADO

ARTIGO

MAL-INFORMAÇÃO CONTRA A MAGISTRATURA E O MINISTÉRIO PÚBLICO

Há mal-informação contra a magistratura e o Ministério Público. Resta saber por quê e para quê.

A distinção conceitual importa. Misinformação é erro sem dolo. Desinformação é mentira deliberada. Malinformação é o mais sofisticado dos três: fato verdadeiro, contexto suprimido, dano à reputação como resultado. O contracheque é real. A ausência de descontos obrigatórios e de explicação sobre verbas indenizatórias é escolha editorial. O caso de desvio é real. Sua repetição nacional em contraste com o silêncio sobre decisões que protegem vidas todos os dias também é escolha editorial.

É aqui que mora o problema: não na invenção, mas na seleção.

O que diz o STF. Nenhum direito fundamental é absoluto — nem mesmo a liberdade de imprensa. No RE 1.075.412 (Tema 995, trânsito em julgado em agosto de 2025), o Supremo fixou o binômio que resume tudo: liberdade com responsabilidade. Vedada a censura prévia, mas admitida a responsabilização posterior quando há dolo — conhecimento prévio da falsidade — ou culpa grave — negligência evidente na apuração, sem contradição com o ofendido. Constatada a distorção, o conteúdo deve ser removido, sob pena de responsabilidade. Não é censura. É a outra face da mesma liberdade.

O custo que se vê, o valor que se esquece. Fala-se muito do custo do Judiciário. Quase nada do seu valor. O Justiça em Números do CNJ mostra que o país iniciou 2026 com o menor estoque de processos pendentes em seis anos: 58,5 milhões, ante 61,2 milhões em 2024. Em 2025, entraram 39,7 milhões de processos novos — e a Justiça julgou 44 milhões. Reduziu o passivo julgando mais do que recebeu, com demanda crescente. Isso não é ineficiência. É o oposto do que a narrativa dominante sugere.

Exemplos que se repetem. Contracheque bruto sem contexto vira manchete nacional. Sentença que tira uma criança de risco não sai da comarca. Um caso de desvio circula por semanas; mil decisões corretas não circulam nunca. E quando se olha o padrão de disseminação nas redes — picos abruptos, poucos perfis muito ativos, narrativas repetidas com pequenas variações —, o formato já não parece espontâneo.

Por quê? Três hipóteses, não excludentes. Interesse econômico: instituições fracas decidem com menos independência diante do poder econômico. Captura política: erosão de legitimidade abre caminho para reformas que ampliam controle político sobre a Justiça. Concorrência narrativa: toda decisão desagrade alguém, e desconstruir a instituição é mais barato do que aceitar a derrota pontual.

O que não se está dizendo aqui. Excesso existe e deve ser combatido — pela Corregedoria, pelo CNJ, pelo CNMP, pela responsabilização disciplinar e civil de quem errou. Transparência é conquista, não ameaça. O que se rejeita é outra coisa: a campanha que não distingue exceção de regra, que não serve à correção, mas ao enfraquecimento de carreiras que sustentam o equilíbrio do Estado Democrático de Direito.

O Judiciário e o Ministério Público que queremos não estão acima da crítica. Estão abaixo do ruído projetado para deslegitimá-los. A diferença entre as duas coisas não é conforto corporativo. É condição de sobrevivência institucional.

Thiago Mehari Ferreira Martins
Juiz de Direito do Tribunal de Justiça
do Estado de Goiás



ASMEGO EM AÇÃO

ASMEGO PRESTIGIA REVITALIZAÇÃO DO FÓRUM DE ANÁPOLIS

Diretor de Esportes e Saúde da Asmego, o juiz Gabriel Lisboa representou a associação no evento de inauguração da revitalização do Fórum Central da comarca de Anápolis, do 1º e do 2º Juizados Especiais Cíveis, e do novo Cantinho da Primeira Infância da comarca.

Ele ressaltou que os novos espaços fortalecem a humanização da prestação jurisdicional. O magistrado observou que, além da revitalização dos

prédios, a implantação do Cantinho da Primeira Infância demonstra a preocupação do Poder Judiciário em acolher magistradas, servidoras, advogadas, partes e demais usuários que necessitam de um ambiente adequado para o cuidado de crianças pequenas durante a permanência no fórum.

“O Judiciário mostra que é um espaço acolhedor, onde as pessoas podem exercer seus direitos com dignidade e inclusão”, disse.



VISITA À PGR

O diretor Institucional da Asmego, juiz Eduardo Oliveira, participou de visita ao procurador-geral da República (PGR), Paulo Gonet, que é chefe do Ministério Público Federal (MPF) e atua perante o Supremo Tribunal Federal (STF).

Eles trataram de assuntos sobre a magistratura, o Ministério Público e todo o sistema jurídico nacional.

Ao final do encontro, o juiz entregou um exemplar de sua obra de direito, “O Controle Jurisdicional das Omissões Legislativas”, ao PGR.



REUNIÃO COM PRESIDÊNCIA DO TJGO

Presidente da Asmego, a juíza Nathália Arantes participou de reunião administrativa na presidência do TJGO, para tratar de temas pertinentes à magistratura. O encontro foi conduzido pelo presidente do TJGO, desembargador Leandro Crispim.

Participaram também o primeiro vice-presidente do TJGO, desembargador Fabiano Abel de Aragão Fernandes; o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcus da Costa Ferreira; e os juízes auxiliares da presidência Marina Buchdid, Gustavo Assis Garcia. A juíza Simone Pedra Reis, diretora jurídica da Asmego, também esteve presente na reunião.



40 ANOS DO PALÁCIO DA JUSTIÇA

O diretor cultural da Asmego, juiz Abílio Wolney Aires Neto, representou a associação nas solenidades em comemoração aos 40 anos do Palácio da Justiça Desembargador Clenon de Barros Loyola: a inauguração da exposição “40 Anos do Palácio da Justiça”, na Pinacoteca Desembargador Camargo Neto, na sede do @tjgooficial, e o descerramento da placa comemorativa, na entrada principal.



A Pinacoteca reúne documentos, imagens e registros históricos da Justiça goiana. A mostra será realizada até 17/7, com painéis temáticos, fotografias históricas, documentos, registros de imprensa e obras documentais tuteladas pelo Centro de Memória e Cultura do Poder Judiciário do Estado de Goiás. O percurso conta ainda com um espaço participativo, destinado ao registro de lembranças, experiências e memórias relacionadas ao Palácio da Justiça.



PAUTAS NO CNJ

A presidente da Asmego, Nathália Arantes, e a diretora social, Aline Tomás, estiveram no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para tratar de pautas pertinentes à magistratura.

JUIZ THIAGO MEHARI FERREIRA MARTINS É NOMEADO COORDENADOR DE IGUALDADE RACIAL DA ASMEGO

Pela portaria assinada pela presidente da Asmego, juíza Nathália Arantes, compete ao Coordenador de Igualdade Racial: assessorar a Presidência e a Diretoria na proposição, coordenação e acompanhamento de ações, programas e iniciativas voltadas à promoção da igualdade racial, da diversidade, da inclusão e do enfrentamento a todas as formas de discriminação, em consonância com os princípios institucionais da Asmego.

Desejamos as boas-vindas ao juiz Thiago Mehari, que passa a integrar os quadros da nossa associação com seu competente trabalho.



NOVA FUNÇÃO

O próximo corregedor do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Benedito Gonçalves, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), indicou o desembargador Anderson Máximo de Holanda para compor sua equipe de transição.

A Asmego parabeniza o magistrado pela relevante missão e deseja pleno êxito nessa nova etapa.



ASSESSORIA JURÍDICA

A presidente da AsmeGO, juíza Nathália Arantes, e o segundo vice-presidente, juiz Márcio de Castro Molinari, se reuniram com os advogados Ricardo Baiocchi e Letícia Auad, do escritório que presta assessoria jurídica para a associação.

Eles trataram de temas jurídicos referentes à AsmeGO, para que todas as ações estejam sempre em conformidade com a lei.



EDUCAÇÃO EM PAUTA

Presidente da AsmeGO, a juíza Nathália Arantes recebeu, na sede da associação, o desembargador Aureliano Albuquerque, acompanhado de Vilmar Rocha, representando o Instituto Norberto Borbbio, para tratar de parcerias no setor de ensino.



ASMEGO PARTICIPA DA 'CAMINHADA DA JUSTIÇA – DIREITOS, HISTÓRIAS E TRANSFORMAÇÕES'

A diretora-adjunta Administrativa e Financeira da AsmeGO, juíza Ana Paula de Lima Castro, representou a associação na “Caminhada da Justiça – Direitos, Histórias e Transformações”, de Goiânia a Trindade, na Romaria do Divino Pai Eterno 2026.

O evento de fé foi organizado pela Coordenadoria de Planejamento e Gestão de Eventos Institucionais do @tjgooficial, e reuniu magistrados, servidores do tribunal e seus familiares na Rodovia dos Romeiros e no Santuário Basílica do Divino Pai Eterno.



HOMENAGEM A DESEMBARGADORAS

A AsmeGO, representada pela diretora Roberta Wolpp (administrativa), participou de evento em homenagem aos 50 anos de dedicação das desembargadoras Maria das Graças Requi e Carmecy Rosa Maria Alves de Oliveira ao Poder Judiciário. Ambas se aposentaram recentemente.

“São verdadeiras precursoras da representação feminina no Tribunal de Justiça. Nada mais justo do que o reconhecimento de que estas nobres magistradas desbravaram caminhos rumo a um Judiciário mais moderno e inclusivo. O pioneirismo de ambas foi o alicerce fundamental para que, hoje, as mulheres ocupem, com crescente paridade, os espaços de poder e o órgão de cúpula da nossa Justiça”, observa a juíza Roberta Wolpp.

O encontro contou com a participação de desembargadoras e juízas do TJGO.



HONRARIA AO DESEMBARGADOR MURILO VIEIRA DE FARIA

O Gabinete Militar do Poder Judiciário do Estado de Goiás realizou a entrega da Moeda Institucional do 1º Curso de Inteligência Estratégica e Segurança Institucional do Poder Judiciário – 1º CIESPJ ao Desembargador Murilo Vieira de Faria em reconhecimento ao relevante apoio prestado às ações de fortalecimento da Segurança Institucional e da atividade de Inteligência no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO).

A entrega da homenagem foi realizada pelo 1º

Tenente PM Fagner Leão, Coordenador Acadêmico do 1º CIESPJ, simbolizando o reconhecimento da Coordenação do Curso às autoridades que contribuíram para a concretização de um projeto pioneiro no Poder Judiciário brasileiro, voltado à capacitação de magistrados, servidores e profissionais de diversas instituições nas áreas de Inteligência Estratégica e Segurança Institucional.

De acordo com o Gabinete Militar, a entrega da Moeda Institucional representa o reconhecimento àqueles que, por meio de sua atuação, compromisso e apoio institucional, contribuíram decisivamente para o sucesso da primeira edição do curso e para o fortalecimento permanente da Segurança Institucional do Poder Judiciário.



SOLENIDADE DE POSSE

Presidente da Asmeço, a juíza Nathália Arantes participou da solenidade de posse do juiz Mathews Francisco Rodrigues de Souza do Amaral, no TJGO.

A posse se dá em decorrência de permuta entre magistrados dos tribunais de justiça de Goiás, do Rio de Janeiro e da Paraíba.

O magistrado deixou a comarca integrada de Princesa Isabel e Água Branca, no Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB).



REUNIÃO COM A AMB

A Asmeço realizou, em sua sede, reunião com a presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), juíza Vanessa Matheus, para tratar de pautas de cunho nacional que dizem respeito à magistratura.

A presidente da AMB foi recebida pela presidente da Asmeço, juíza Nathália Arantes. Participaram do encontro desembargadores e juízes associados à Asmeço, além do presidente da Associação dos Magistrados do Distrito Federal e dos Territórios (Amagis - DF), juiz Carlos Alberto Martins Filho, que também é vice-presidente de Gestão e Prerrogativas da AMB.

“O diálogo institucional é extremamente importante para que a magistratura possa atravessar unida e fortalecida momentos em que sua valorização e independência são questionadas”, observou a presidente da Asmeço.

REUNIÃO COM A UNIMED

A AsmeGO, representada pela presidente Nathália Arantes e pelo segundo vice-presidente, Márcio Molinari, se reuniu com representantes da Unimed Goiânia para tratar de parcerias relacionadas a plano de saúde para os associados à AsmeGO.



FONAJUS

A presidente da AsmeGO, juíza Nathália Arantes, e o diretor Institucional, Eduardo Álvares de Oliveira, participaram da abertura do Programa Fonajus Itinerante – A Saúde Onde Você Está, na sede do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

Promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o encontro reúne magistrados, integrantes do Sistema de Justiça, gestores públicos e especialistas para fortalecer a Política Judiciária de Resolução Adequada das Demandas de Assistência à Saúde, instituída pela Resolução CNJ nº 530/2023.

Ao longo de dois dias de programação, o evento promove debates, reuniões institucionais e atividades de

capacitação voltadas ao aprimoramento da atuação do Poder Judiciário na judicialização da saúde, além de incentivar o intercâmbio de experiências e a cooperação entre as instituições.

“Programas como o Fonajus fortalecem a segurança jurídica, qualificam as decisões judiciais e contribuem para o aprimoramento das políticas públicas, sempre com o objetivo maior de assegurar ao cidadão o pleno acesso ao direito constitucional à saúde”, diz a presidente da AsmeGO.

Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), a juíza Vanessa Matheus também participou do encontro.



SIGA A ASMEGO NO INSTAGRAM:

@asmegooficial

